



ENTIDADE REGULADORA
PARA A COMUNICAÇÃO SOCIAL

Deliberação

ERC/2016/56 (CONTJOR-TV)

Participação efetuada por José Morgado contra a SIC a propósito da exibição de uma reportagem intitulada “Venezuela, e depois de Chávez?”

**Lisboa
16 de março de 2016**

Conselho Regulador da Entidade Reguladora para a Comunicação Social

Deliberação ERC/2016/56 (CONTJOR-TV)

Assunto: Participação efetuada por José Morgado contra a SIC a propósito da exibição de uma reportagem intitulada “Venezuela, e depois de Chávez?”

I. Participação

1. Deu entrada na ERC, a 14 de junho de 2014, uma participação efetuada por José Morgado contra a SIC a propósito da exibição, no dia 5 de junho, de uma reportagem intitulada “Venezuela, e depois de Chávez?”
2. O participante considera que a reportagem é «tendenciosa, imparcial, manipuladora, com reiteradas mentiras, apenas deu oportunidade à oposição, nomeadamente ao comentador escolhido, o venezuelano Prof. José Carrasqueiro, basta ver o que publica no seu *twitter* pessoal para ver que é uma pessoa ligada à direita mais radical da R.B. Venezuela, apoiante de golpistas e guarimbeiros».
3. Considera que foram dados «elementos falsos sobre o n.º de “estudantes” detidos pelas denominadas guarimbas/terrorismo contra o património e pessoas, atente-se aos factos de terem colocado fogo na Fiscália da Venezuela, queimando universidades, cortando mais de 5000 árvores para fazerem barricadas, destruindo e vandalizando ministérios, etc.», salientando que «[s]obre estas situações a repórter nada referiu».
4. O participante afirma que foi entrevistado «o candidato presidencial da direita, Henrique Capriles e a esposa do dirigente opositor Leopoldo López».
5. Sustenta que «[o] citado comentador José Carrasquero mentiu sobre os crimes que Leopoldo Lopez está acusado, sobre o açambarcamento, criminalidade, etc».
6. Entende ainda que «[denegriu a imagem do governo da Venezuela em termos de falta de abastecimento, nada referindo sobre os crimes de açambarcamento e especulação que em muitos casos inspeccionados chegaram aos 5.000 por cento!»

7. Reitera o participante que, enquanto telespectador da SIC, não se lembra de «ter visto uma reportagem tão manipuladora, tendenciosa, facciosa, com o objetivo de denegrir a imagem do governo legítimo da R.B. da Venezuela, bem como do seu Presidente, Nicolás Maduro».
8. Questiona o participante se «[s]erá normal não ouvir nenhum dirigente, ministro do actual governo, atendendo, entre o mais às graves acusações que estavam a ser feitas?»
9. Pergunta ainda «[o]nde está o equilíbrio e a proteção do bom nome?»

II. Defesa do Denunciado

10. Foi a denunciada notificada [Ofício nº 3490/ERC/2014] para se pronunciar a respeito da presente participação, tendo este apresentado as suas alegações.
11. Afirma o denunciado que «[o] ofício da ERC, acompanhado que vem pelo texto do queixoso, não elenca de forma clara os fundamentos que levariam a adjetivar a reportagem de “tendenciosa, imparcial, manipuladora, com reiteradas mentiras, [que] apenas deu oportunidade à oposição”; deixando esta – a SIC – numa espécie de jogo de adivinha para averiguar a que título e que norma terá sido violada com a conduta da SIC».
12. Acrescenta que desconhece no ofício supra referido «o elenco taxativo dos factos concretos – veja-se a expressão “reiteradas mentiras”, que é parcamente preenchida para se considerar uma reiteração, – bem como se desconhece o normativo legal alegadamente violado pela SIC, pelo que a SIC não pode exercer em condições o seu direito de defesa.»
13. Realça que «[c]onforme jurisprudência assente, é consequência necessária do direito de defesa, que a notificação efetuada para esse efeito forneça ao denunciado todos os elementos necessários para que este fique a conhecer a totalidade dos aspetos relevantes para a decisão, nas matérias de facto e de direito.»
14. Entende que «[e]sta omissão da parte da ERC assume particular relevância, tendo em conta que o legislador comina para a falta de apresentação de oposição “a confissão dos factos alegados pelo queixoso, com conseqüente proferimento de decisão sumária pelo conselho regulador, sem prévia realização de audiências de conciliação”, nos termos do n.º2 do artigo 58º dos Estatutos da ERC; não nos pronunciaremos, nesta sede, pela bondade ou pertinência da solução legislativa».

15. Afirma o denunciado que «[a] informação da SIC pauta a sua atividade pelo escrupuloso cumprimento dos deveres deontológicos do exercício do jornalismo, tanto no que respeita à linha editorial como no exercício da profissão».
16. Defende que «[o]s jornalistas da SIC exercem a sua atividade respeitando o rigor dos factos e ouvindo todas as partes envolvidas na notícia».
17. Sustenta que, «ao contrário do que afirma o Sr. José Morgado na queixa apresentada na ERC, a Grande Reportagem “Venezuela: E depois de Chávez?” cumpre todas as regras jornalísticas de isenção, rigor informativo e pluralismo».
18. Destaca o denunciado que «a SIC encetou – tal como é referido na reportagem – várias tentativas, via telefone e e-mail, para entrevistar representantes do governo venezuelano, sem nunca ter obtido resposta. O contraditório foi cumprido».
19. Afirma ainda ao denunciado que «[a] pesar de não se terem logrado os contactos ora referidos, a versão dos apoiantes do Governo sobre a situação na Venezuela está devidamente ilustrada na reportagem pelos representantes de um dos coletivos do bairro 23 de Janeiro, um dos mais poderosos bastiões do governo de Chávez, onde se encontra o santuário do antigo presidente e onde este organizou o golpe de estado falhado de 4 de fevereiro de 1992 contra Andrés Perez».
20. No que respeita à entrevista a José Carrasquero, afirma que a SIC “teve como objetivo ouvir, precisamente uma voz independente e credível, já que se trata de um especialista reconhecido internacionalmente em termos económicos e sociais da Venezuela, cuja presença é frequentemente solicitada, em órgãos de comunicação social independentes, para analisar a situação da Venezuela».
21. Esclarece ainda que «[o] número de estudantes detidos referido é o que tem sido, amplamente, divulgado pelas agências internacionais e por diversas ONGs e em nenhum momento foi contestado pela embaixada venezuelana em Portugal ou por qualquer outra entidade oficial».
22. Sustenta que «[e]m nenhuma das fontes consultadas, a equipa da SIC encontrou referências a queima de universidades, abate de árvores ou destruição de ministérios por parte dos estudantes detidos».
23. No que diz respeito às afirmações do Professor Carrasqueiro esclarece o denunciado que estas «estão sustentadas na comunicação social independente e nas agências internacionais e foram confirmadas pela mulher do líder do movimento “Vontade Popular” bem como por

diversos advogados e responsáveis de Organizações Não Governamentais com quem a SIC falou em Caracas».

24. Afirma o denunciado que «[r]eportar factos, como a falta de produtos de primeira necessidade na Venezuela, não tem como objetivo nem motivação denegrir a imagem do Governo, mas sim noticiar a realidade, realidade essa que também foi captada por outros órgãos de comunicação social nacionais e internacionais, por proprietários de supermercados e clientes, e que já deu origem a vários alertas de organizações independentes como a Amnistia Internacional».
25. O denunciado afirma não ter conhecimento nem entender o significado da afirmação do queixoso quanto aos designados crimes de açambarcamento e especulação.
26. Por fim, conclui o denunciado, reafirmando que «a estação e os seus jornalistas autores da Grande Reportagem observaram todas as regras éticas e deontológicas da profissão, não havendo qualquer tipo de fundamento nem motivo para esta queixa, pelo que deve ser arquivada».

III. Descrição

27. No dia 5 de junho, a SIC exibiu uma reportagem intitulada “E depois de Chávez?” – na rubrica “Grande Reportagem”, do Jornal da Noite, com a duração de 35m06s.
28. A peça começa com Elisabete Torres, guardiã da Capela Santo Hugo Chávez, no bairro 23 de janeiro, que explica que coloca a cada três dias uma taça de café junto do santuário de Hugo Chávez, respeitando o costume venezuelano de “oferecer” aos entes queridos que faleceram o que eles mais gostavam em vida. De seguida são exibidas imagens de uma manifestação, na qual que se reivindica: “Quem somos? Venezuela. O que queremos? Liberdade”. Surge então o título da reportagem: “Venezuela depois de Chávez”.
29. Uma das manifestantes, Viviane Franck mostra-nos o que tem guardado na sua mochila, pois segundo refere, apesar de ser uma manifestação política é esperada repressão policial: «Tenho uma máscara, óculos de proteção por causa das granadas, Maalox para usar nas pessoas que estiverem asfíxiadas. Ficam asfíxiadas com os gases, e isto ajuda a passar. Tenho luvas para podermos devolver as granadas e uma máscara de proteção contra gases. É o meu equipamento.»
30. Viviane Franck questionada sobre quais as reivindicações da manifestação, afirma que querem a libertação de todos os presos políticos, incluindo Leopoldo López e os cerca de dois mil e

duzentos estudantes que estão presos. No seguimento da menção da prisão de Leopoldo López, são exibidas imagens da sua esposa, Lilian Tintorin, no seu carro a caminho da prisão militar Ramo Verde, onde o marido se encontra preso. Esta afirma: «É um caso totalmente político. De início acusavam-no de danificar edifícios públicos como a Procuradoria, de terrorismo, de homicídio. Depois, alteraram as acusações e agora é por associação à delinquência.»

- 31.** Entretanto, no carro de Manuel Gouveia, taxista, ouve-se na rádio: «Já há 40 vítimas assassinadas na Venezuela, ou 41 que não tinham nada a ver, nem sequer estavam nas manifestações». Manuel Gouveia afirma que a “pressão” maior do governo ocorre na televisão, mas na rádio ainda existem alguns programas sem censura. Refere que «interessa muito ao governo fazer aquela propaganda... Intimidar e tal, há muita censura, autocensura.»
- 32.** Na cena seguinte, Viviane Franck afirma que «esta é a última oportunidade para chegar à democracia no país. Já que estamos a viver uma ditadura há muito tempo.»
- 33.** São exibidas de seguida imagens de filas de trânsito. Viviane Franck testemunha essa dura realidade em que «para poderes comprar tudo o que precisas provavelmente tens de ir a três supermercados, no mínimo, e em todos tens de fazer fila». Segue-se o testemunho de Adriana Rivero: «Se não fizer fila, imagina... Não comes.»
- 34.** Afirma a narradora da peça: «O cenário repete-se por toda a cidade, por todas as cidades venezuelanas, todos os dias, a qualquer hora do dia e até mesmo da noite. A corrida aos supermercados, sejam privados ou estatais depende dos reabastecimentos. A escassez de produtos básicos como farinha, açúcar, leite, fraldas ou papel higiénico obriga os venezuelanos a passar horas nas filas. Pelo menos duas vezes por semana. A escassez de alimentos é uma das causas da contestação social, mas nesta fila de centenas de pessoas, poucos, como a Adriana Rivero arriscam falar para criticar o sistema.»
- 35.** Manuel Gouveia, no seu táxi, destaca a enorme inflação, que segundo ele, é bem maior do que se fala (50%) pois já comprou produtos que encareceram mais de 100%, destacando que «o único que é barato é a gasolina» [são exibidas imagens de uma gasolinera]. A narradora afirma de seguida: «Encher o depósito do carro custa menos do que uma garrafa de água. Quatro bolívares, cerca de 25 cêntimos pagam 40 litros de combustível. A Venezuela é o quinto maior produtor de petróleo do mundo, e tem as maiores reservas petrolíferas do planeta, vive à mercê do mercado mundial de combustíveis, à exceção do crude, o país está totalmente dependente das importações que paga com o dinheiro do petróleo.»

36. Segue-se o testemunho de Eliana Bonsanto, uma enfermeira que acredita que um país como a Venezuela não pode avançar se tiver que importar todos os produtos de que necessita.
37. A narradora contextualiza: «Durante os dois primeiros mandatos de Chávez, as receitas do crude triplicam mas o dinheiro do petróleo venezuelano não é aplicado no sector. O desinvestimento nas infraestruturas e na formação dos técnicos leva a uma queda de 30% na produção. As receitas da petrolífera estatal são usadas sobretudo nos programas sociais que Chávez apadrinhou e que lhe valeram o apoio das massas e três vitórias eleitorais. Com as verbas do petróleo o governo importa produtos básicos e subsidia-os, como explica o analista José Carrasquero, os elevados gastos públicos do regime fazem aumentar a quantidade de dinheiro que circula no país e estimulam o poder de compra».
38. De seguida, dá-se a palavra a José Carrasquero, analista político, que destaca que com o governo de Chávez aumentou a capacidade de consumo das pessoas, ocorrendo uma grande distribuição de dinheiro que foi dirigido para o consumo, mas o problema é que há escassez de produtos para consumir.
39. Em narração explica-se: «As medidas de proteção social do antigo presidente, sobretudo nas áreas da saúde e educação são reconhecidas por organizações como a ONU ou a Amnistia Internacional. Mas as mesmas organizações denunciam os graves impactos da atual situação económica que Chávez deixou como herança. Uma taxa de inflação de 56%, a mais alta do mundo, e escassez de moeda, produtos e serviços básicos que atingem todas as classes e todos os sectores da sociedade.» Na cena seguinte um manifestante distribui notas com a cara de Nicolás Maduro como forma de alertar para a desvalorização do bolívar.
40. Em seguida, são exibidas imagens de uma “guarimba” (bloqueios de estrada como forma de protesto), referidos como fazendo «parte da rotina dos venezuelanos, são uma forma eficaz de chamar à atenção.» A reportagem acompanha a chegada de um coletivo a uma guarimba, com o intuito de a desfazer. «Costumam estar armados, mas há muitas câmaras a filmar», afirma a narradora.
41. Viviane Franck testemunha: «Lamentavelmente acham que, por terem armas, e ao ameaçarem as pessoas com as pistolas, vamos assustar-nos e vamos sair das ruas, mas as pessoas estão fartas e estão a perder o medo. A polícia assiste a tudo e não faz nada». José Carrasquero refere que até hoje não existe uma só «fotografia de um manifestante com uma arma. No entanto, há várias fotografias dos grupos, que desigmo de paramilitares, grupos

armados do Governo, afectos ao governo, que invadiram urbanizações, que incendiaram casas e viaturas, que raptaram mulheres para as violarem».

42. São exibidas imagens de grupos paramilitares. Carrasquero afirma: «Qual é o objetivo destes grupos paramilitares, em conjunto com as forças do Governo, que os protegem e tratam deles? O terrorismo de Estado. Assustar as pessoas para que estas não se manifestem nas ruas.»
43. Viviane Frank conta-nos sobre a morte, numa manifestação, de um rapaz, Robert Redman, com um tiro na cabeça disparado por um motociclista. Em narração destaca-se ainda a morte a tiro de Genesis Carmona, 22 anos, miss turismo de Venezuela, também por um grupo de motociclistas. Para José Carrasquero, nenhum dos assassinos foi identificado e investigado, pois o Governo tem de lhes garantir impunidade, caso contrário não teria o apoio desses grupos.
44. A narradora começa por referir que «três dos coletivos mais famosos da Venezuela pertencem ao bairro 23 de janeiro, um dos mais temidos de Caracas e bastião chavista convicto. Foi a partir daqui que Hugo Chávez organizou o golpe de estado falhado, 4 de fevereiro de 1992, contra o então presidente 'Andrés Pérez'.»
45. Miguel Pavon, encarregue de coordenar a vigilância do bairro, explica: «Esta é uma freguesia que, nos anos 50 e 60, passou pela experiência das guerrilhas. Adotou esse nome em homenagem a esse acontecimento popular que derrubou uma ditadura.»
46. Retoma-se a narração: «Na década de 60, a Venezuela era uma das nações petrolíferas mais ricas do mundo. Ostentava uma classe média em crescimento e níveis de vida que atraíram centenas de milhares de emigrantes de toda a América Latina e também da Europa. Entre estes muitos portugueses. Em meados dos anos 80, o preço do petróleo caiu e o país entrou numa espiral inflacionária. As medidas de austeridade impostas pelo FMI penalizaram sobretudo os que já viviam com muito pouco. A insatisfação social explodiu a 27 de fevereiro de 1989. Milhares de pessoas desceram das favelas e saquearam as lojas. A revolta popular de Caracas, o Caracazo, como ficou conhecida, obrigou à intervenção de 4.000 militares do exército. O segundo dia de tumultos, foi brutalmente reprimido. Mais de 200 pessoas morreram, 2000 desapareceram.»
47. É ainda dada a voz a outro habitante do bairro, José Donaire, carpinteiro, apresentado como defensor da organização popular e da luta de classes, para quem «o socialismo é a única resposta para as desigualdades sociais». Diz Donaire: «Eu era daqueles que comia ração para cão. Nós aqui vivemos o Caracazo, sofremos na pele. Foi um acordo assinado por Carlos Andrés

Pérez com o Fundo Monetário Internacional, já viu bem? Que originou um Caracazo. Uma explosão, uma revolta social.»

48. São de seguida exibidas imagens do discurso de Hugo Chávez a 6 de dezembro de 1998, quando ganhou as eleições com 56% dos votos. Afirma a narradora que «guiado pela mão de Cuba, o novo presidente assume-se como o defensor dos pobres. Tem o verbo fácil e os cofres recheados de petrodólares.»
49. Este populismo é referido por Viviane Franck: «Chávez foi a pessoa que falou aos bairros, que falou a linguagem dos bairros, disse-lhes o que eles queriam ouvir. Pela primeira vez, uma pessoa falou com eles. E assim Chávez conseguiu mover uma massa incrível de gente.» No seguimento, José Donaire afirma que no bairro 23 de janeiro Chávez ganhou com uma elevada percentagem e recebeu um país com 84% de população pobre.
50. Afirma-se de seguida que «a capela do Santo Hugo Chávez está à entrada do bairro. No topo destas colinas de ruas labirínticas fica o quartel da montanha e o museu da revolução, local escolhido para acolher o corpo mumificado do antigo presidente venezuelano, que aqui costumava celebrar os aniversários. Os taxistas recusam-se a subir ao bairro e aqui não entram nem a polícia nem o exército. O controlo e a insegurança são garantidos por 3 coletivos armados Tupamaro, Montaraz e La Pedrita.»
51. Miguel Pavon esclarece que «é uma revolução pacífica, mas armada. Temos as nossas forças armadas nacionais e temos a nossa milícia nacional bolivariana que trabalha em conjunto, de mão dada com o povo, com a nova doutrina militar. Somos um povo a quem a Constituição permite que defendamos a nossa soberania.»
52. A narradora afirma então: «As comunidades revolucionárias que muitos acusam de terem sido armadas pelo governo e de usarem as armas contra os civis não encontram motivos para uma mudança política no país. Para os coletivos o socialismo é um processo em curso que a oposição quer boicotar.»
53. Para Pavon, «os protestos são de direita. Reinvidicam o nazismo... Hitler, a direita.» Contesta também a imagem de uma guerra. Para o coletivista, «se estivéssemos em guerra, eu estaria com uma espingarda na mão, mas não, estamos em paz, não temos... São eles que estão em guerra». José Donaire corrobora essa visão: «Perguntam-me sempre isso: 'Onde estão as armas?' Estas são as nossas armas [exibe uma guitarra clássica em construção] Isto é uma espingarda [exibe uma guitarra que está a conserta]. Isto é uma pistola 38, isto é... [exibe uma lixadeira para madeira] Onde quer que a gente vá. Se a comunidade tem um plano de

segurança? Claro que tem. As pessoas aqui... Pode sair lá fora com essa câmara que não lhe fazem mal.»

- 54.** A narradora esclarece que «foi nos bairros mais pobres que o antigo presidente pôs em prática as famosas missões sociais nas áreas da educação, saúde e habitação. As favelas não esquecem.» A importância das missões sociais é destacada por Elisabete Torres, a guardião da Capela do Santo Chávez: «Para nós, para o seu povo, o Comandante Supremo era um santo. Temos de estar agradecidos ao Comandante, porque nunca tivemos nada e, agora, temos facilidades, temos os programas sociais, colégios, universidades... liceus, tudo graças aos programas sociais.»
- 55.** A reportagem aborda de seguida a colagem ao socialismo cubano por parte do governo de Chávez. São exibidas imagens de uma manifestação, em que os manifestantes repetem o slogan: «E não, não! Não quero uma ditadura igualzinha à cubana.» Maria Quintero, empregada do comércio, afirma que «o governo tem de ir embora. Não queremos ditadura, não queremos os cubanos, não os queremos».
- 56.** Em voz *off* afirma-se: «Os 1500 Km que separam Cuba da Venezuela começaram a estreitar-se no final dos anos 90, com a chegada de Chávez à presidência. Perdidos os subsídios soviéticos, Havana virou as atenções para o vizinho rico. Cuba precisava do dinheiro venezuelano, Chávez da ideologia cubana. A pequena ilha caribenha controla a Administração Pública Venezuelana em troca de serviços que muitos denunciam de valor exorbitante e qualidade duvidosa, Cuba recebe 100 mil barris de petróleo por dia. A experiência em matérias de socialismo valeu a Cuba a subordinação política da maior potência petrolífera da América do Sul. Conhecido como o Pai Natal tropical, Hugo Chávez fez sair milhares de milhões de dólares dos cofres bolivarianos para ajudar países como a Nicarágua, Argentina ou Bolívia. Um ano depois da sua morte, a Venezuela está na bancarrota e deve dinheiro a meio mundo, incluindo várias empresas portuguesas.»
- 57.** A reportagem dedica alguns momentos aos portugueses emigrados na Venezuela. São referidos alguns aspetos particulares da história de vida de Manuel Gouveia, taxista que «nunca votou Chávez, critica a nomeação de Maduro e é apoiante de Capriles» e que «se a crise social se mantiver, não exclui a hipótese de voltar à ilha de onde partiu há 53 anos.» José Carrasquero afirma depois que 25% dos portugueses querem regressar a Portugal, descontentes com a situação político-económica da Venezuela, questionando se Portugal terá a capacidade para acolher 100 mil pessoas.

- 58.** A reportagem incide depois sobre o Centro Português de Caracas, exibindo imagens do seu restaurante, onde duas vezes por mês um grupo de portugueses se reúnem: «Crítica da situação política e económica do país, a comunidade portuguesa prefere falar com o microfone fechado. Os contratos entre a república venezuelana e as empresas lusas valem muitos milhares de dólares. A maior parte das grandes superfícies, das mercearias e padarias são portuguesas.»
- 59.** É ainda entrevistado Gil Andrade, vice-presidente do Centro Português de Caracas. Em *voz off* esclarece-se que Gil Andrade «não se recorda de protestos com a dimensão dos que explodiram a 12 de fevereiro», para além de defender que é necessário combater a inflação e resolver o problema da escassez de produtos, encontra-se sobretudo preocupado com a insegurança que se vive na Venezuela.
- 60.** A seguir é entrevistado um empresário da panificação, Cristiano dos Santos que se mostra igualmente muito preocupado com a segurança, contando que a sua loja sofreu vários assaltos e já foi raptado uma vez e que conseguiu escapar com vida por sorte. Afirma-se em *off*: «Crítico do governo venezuelano, Cristiano dos Santos acusa sobretudo a incapacidade do Estado para garantir a segurança da população.»
- 61.** Aborda-se de seguida o tema da violência/repressão policial. A reportagem acompanha uma manifestação, entrevistando alguns dos manifestantes. Neiva Quintero da Silva, doméstica, afirma que as manifestações não podem parar «até sairmos deste regime, porque isto não é um governo, é um regime, nós não somos a oposição, somos o povo». Por sua vez, Maria Quintero, empregada de comércio, critica a atitude policial: «Desmontaram a barricada e prenderam os jovens que estavam a montá-la, portanto não conseguimos chegar à Praça da Venezuela».
- 62.** Entretanto, são exibidas imagens de uma outra manifestação em Caracas em abril de 2014, em que ocorreram vários confrontos entre a polícia e os manifestantes.
- 63.** Uma outra manifestante, Anabela Veja, afirma que «é descomunal a quantidade de polícias da Guarda Nacional para fazer frente a três gatos-pingados, como dizemos aqui, uns meros estudantes. Quando nós coremos perigo nas nossas urbanizações, nos nossos bairros e não se avista nenhum polícia, estamos desprotegidos. Só vemos polícias quando há protestos.»
- 64.** A narradora esclarece que a presente manifestação culminará, como quase todas, com repressão policial e detenções, a maioria aleatórias. Anabela Vega, outra manifestante afirma: «Acabo de ver a quantidade de polícias e a forma como prenderam dois miúdos (...) contra mais

de cem polícias. Na minha opinião é descomunal, irracional, ilógico e desumano.» Seguem-se um leque de imagens de manifestantes a serem violentamente agredidos por polícias, quando estão no chão, indefesos, incluindo imagens de um manifestante a ser agredido por uma polícia que lhe bate com um capacete na cabeça. Afirma a narradora: «A repressão policial está documentada por câmaras profissionais e por vídeos amadores, desde que os protestos estudantis saíram à rua no início de fevereiro, na sequência de uma tentativa de violação na universidade de Táchira, no norte do país. Um dos registos que mais indignação provocou no país, uma agente da Guarda Nacional Bolivariana agride brutalmente um manifestante, batendo-lhe com o capacete na cabeça.»

- 65.** José Carrasquero, analista político esclarece que a agente que agrediu com o capacete «saiu impune, e quem tem de apresentar-se periodicamente na esquadra? A pessoa que foi agredida com o capacete. Isso é democracia?»
- 66.** De seguida, conta-se o caso de Moisés Guanches, que «foi uma das centenas de vítimas da brutalidade policial dos últimos meses. No passado dia 5 de Março, o jovem de 19 anos saía do trabalho, num Centro de Comercial em “Los Teques” quando a polícia tomou o edifício e bloqueou todas as saídas durante um protesto que acontecia nas imediações do Centro. Um dos agentes baleou-o à queima-roupa nos órgãos genitais». Seguem-se os testemunhos de Moisés Guanches e de sua mãe, Mónica Guanches, sobre o referido acontecimento e sobre a forma como a polícia tem tentado culpar Moisés Guanches de vários crimes de forma a culpá-lo, não o reconhecendo como uma vítima de repressão policial.
- 67.** Aborda-se de seguida a questão dos presos políticos: «Leopoldo López foi detido em Caracas em Fevereiro passado [...]. Há semanas que Nicolas Maduro avisava que tinha a cela pronta para ele. Estava acusado de promover a violência nos protestos que começavam a tornar-se diários. Minutos antes da detenção, López fez um discurso dizendo que se entregava a uma justiça injusta, corrupta, e despediu-se da mulher. O vídeo viral correu mundo e representa para muitos venezuelanos um incentivo à continuação dos protestos.» São exibidas imagens do referido vídeo.
- 68.** A seguir exibe-se declarações de Lilian Tintori, no seu carro, a caminho da prisão Ramo Verde, para visitar o seu marido: «Quando chegou o mandado de detenção – era um mandado terrível, como acusações de terrorismo, homicídio –, ele simplesmente deu a cara, como fez em tantas ocasiões. Ele tinha 22 processos contra ele, 17 dos quais ganhou a causa, porque deu a cara, e

sempre deu a cara, porque não tem nada a temer». O analista José Carrasquero esclarece de seguida que Leopoldo está acusado de vários crimes na qualidade de autor intelectual.

- 69.** A narradora afirma depois que «para além do líder do Vontade Popular, nos últimos 4 meses Nicolas Maduro mandou prender 4 autarcas da oposição, acusados de não terem evitado as barricadas de rua, um chefe de polícia e 3 generais da força aérea, alegadamente por estarem a preparar um golpe de estado. No país, garantem alguns analistas, não há órgãos de soberania independentes e autónomos.» José Carrasquero corrobora esta última afirmação, destacando a título de exemplo o facto de a presidente do Supremo Tribunal de Justiça ter sido advogada de Chávez, quando este esteve preso, por tentativa de golpe de estado, em 1992, e ainda o facto de esta ser membro inscrito do Partido Socialista unido da Venezuela.
- 70.** A narradora prossegue o seu relato: «O governador reeleito de Miranda, o segundo estado mais populoso da Venezuela, Henrique Capriles, ganhou dimensão política internacional nas presidenciais de 2012, quando concorreu contra Hugo Chávez pelo partido “Primeiro a Justiça”. Saiu derrotado mas conseguiu a votação mais expressiva da oposição ao antigo presidente em 4 sufrágios. Um mês depois da morte de Chávez, nas eleições de abril de 2013, Capriles voltou a ser o rosto da oposição, desta vez contra Maduro. Capriles terá perdido o escrutínio por pouco mais de 234 000 votos, mas dentro e fora da Venezuela foram muitos os que contestaram os resultados e pediram uma recontagem do votos.»
- 71.** São então exibidas imagens de Henrique Capriles numa ação de campanha de rua. Este afirma que o seu partido ganhou as eleições de 14 de abril e que apresentou provas de irregularidades e fraude eleitoral. Sublinha-se em *off* que «há muito que a oposição denuncia a existência de mais de dois milhões e meio de votos eletrónicos falsos. Alguns analistas acreditam que o número possa chegar aos 5 milhões.» Henrique Capriles afirma ter pedido o caderno eleitoral para poder aferir da regularidade ou não das eleições, mas foi-lhe negado.
- 72.** A narradora esclarece que «na Venezuela, o financiamento público dos partidos políticos está proibido. O artigo faz parte da constituição de 1999 que Chávez conseguiu fazer aprovar assim que chegou ao poder. Sem recursos financeiros, a oposição queixa-se também da censura dos meios de comunicação social, na maioria controlados pelo governo».
- 73.** Capriles critica os *media* estatais de discriminarem a sua candidatura, afirmando nunca ter sido entrevistado, apenas surgindo quando satirizado. Critica ainda a imprensa e entende que não existe liberdade de expressão no país.

- 74.** Refere a narradora: «Acusado de fascismo por divulgar imagens dos protestos e da contestação social na Venezuela, o canal internacional NTV24 viu o sinal cortado no país no dia 12 de abril deste ano. A mesma ameaça foi feita à delegação venezuelana da CNN. As manifestações não são noticiadas nos meios públicos, e o governo proibiu a divulgação de imagens de violência policial.»
- 75.** Afirma-se de seguida que a imprensa escrita tem sofrido com a falta de papel, uma vez que este está apenas assegurado aos periódicos controlados pelo governo, o que tem vindo a originar algumas reduções ou até suspensões de tiragens. Alguns jornais não-governamentais receberam ajuda da Colômbia de forma a poder travar a extinção da imprensa escrita.
- 76.** A peça refere que durante a estadia na Venezuela, e mesmo ainda em Portugal, a SIC fez várias tentativas para contactar o governo de Nicolás Maduro, mas os pedidos de entrevista nunca tiveram resposta¹.
- 77.** Recorre-se uma vez mais a declarações de Viviane Franck: «Toda a Comunicação Social está censurada, tanto a rádio como a televisão. Surgiu um movimento que usa o Twitter e o Facebook que é onde as pessoas se manifestam e se informam sobre o que vai acontecer nas próximas horas ou nos próximos dias.

A narração conclui: «Neste início de noite, cerca de 100 mil pessoas, de acordo com números não oficiais que circulam pelas ruas de Caracas em mais um protesto pacífico organizado em apenas 24 horas pelas redes sociais. Cinquenta pessoas morreram desde o início dos protestos há 4 meses. O regime bolivariano já fez 3100 detenções e mantém presos mais de 100 manifestantes, a maioria estudantes.

Mais tarde, na zona de Chacao, no centro de Caracas, palco diário de barricadas noturnas, um grupo de jovens dá início a mais uma noite de contestação. A Guarda nacional bolivariana tem um dispositivo montado e a tensão entre as duas partes é a habitual. Como todas as noites, haverá confrontos. Como todas as noites, haverá ferimentos e detenções. Amanhã, deverá estar tudo na mesma. Por enquanto, ninguém sabe responder à pergunta: Até quando?».

¹ É exibida uma imagem de um outdoor de campanha de Maduro onde, com edição gráfica, se sobrepôs o seguinte texto: “Não houve resposta do governo aos pedidos de entrevista da SIC”

IV. Análise e fundamentação

- 78.** O presente processo remete para a análise ao rigor informativo. É necessário averiguar do cumprimento ou não do dever de rigor informativo na elaboração da reportagem “E depois de Chávez?”, exibida pela SIC no dia 5 de junho.
- 79.** Nos termos do artigo 14.º, n.º 1, alínea a), do Estatuto do Jornalista, constitui dever fundamental do jornalista «informar com rigor e isenção, rejeitando o sensacionalismo e demarcando claramente os factos da opinião». Da mesma forma, a alínea e) do n.º 1 do artigo 14.º do mesmo diploma legal determina que os jornalistas deverão procurar a diversificação das suas fontes de informação e ouvir as partes com interesses atendíveis nos casos de que se ocupem.
- 80.** Destaca-se ainda o ponto 1 do Código Deontológico dos Jornalistas Portugueses, onde se afirma que «[o] jornalista deve relatar os factos com rigor e exatidão e interpretá-los com honestidade. Os factos devem ser comprovados, ouvindo as partes com interesses atendíveis no caso».
- 81.** Já o Estatuto do Jornalista, nos termos do artigo 14.º, n.º 1, alínea e), afirma que constitui dever fundamental do jornalista «procurar a diversificação das suas fontes de informação e ouvir as partes com interesses atendíveis dos casos de que se ocupem».
- 82.** Destaque-se por fim que o artigo 34.º, n.º 2, alínea b), da Lei da Televisão estabelece que é obrigação do operador de televisão «assegurar a difusão de uma informação que respeite o pluralismo, o rigor e a isenção».
- 83.** A peça em apreço começa por abordar a questão dos presos políticos e da censura dos meios de comunicação social, centrando-se de seguida na questão da escassez de produtos nos estabelecimentos comerciais e da elevada inflação. Segue-se o tema das “guarimbas” (manifestações) e da violência alegadamente exercida por grupos pró-governo. O foco incide depois sobre os “coletivistas” (membros de coletivos apoiantes dos governos de Chávez e Maduro). Aborda-se ainda a aproximação político-ideológica com Cuba, sobre os portugueses na Venezuela, a repressão policial e a violência de grupos pró-governo nas “guarimbas”. Na sequência, desta feita com maior incidência, aborda-se novamente a questão dos presos políticos e da censura e ainda a questão de alegadas fraudes eleitorais.
- 84.** Verifica-se que foram ouvidos intervenientes “antichavistas” e “chavistas”, isto é, apoiantes e contestatários do socialismo representado pelo ex-presidente Hugo Chávez e continuado pelo

atual presidente, Maduro. Afirma-se na reportagem que a SIC contactou o governo no sentido de obter uma entrevista mas tal foi negado (Cfr. Descrição, Ponto 76).

- 85.** Reconhece-se o interesse público da reportagem em apreço, que cumpre com o dever de informar os cidadãos sobre as realidades político-sociais, mesmo que de outros países, na medida em que vivemos num mundo globalizado. Mais ainda quando é elevado o número de emigrantes portugueses na Venezuela e existem relações económicas entre os dois países, acarretando, devido a essa “proximidade”, um significativo valor-notícia.
- 86.** Cumpre assim o dever de vigilância (a designada Imprensa “watchdog”) da sociedade, alertando para as situações que possam contribuir para colocar em causa a democracia e as liberdades.
- 87.** Da visualização da reportagem, entende-se que em geral é cumprido o dever de rigor informativo, expondo com isenção e rigor os factos em causa.
- 88.** Não obstante, importa compor alguns reparos, na medida em que se podem identificar alguns desequilíbrios que poderiam ter sido evitados no tratamento jornalístico de um tema tão sensível como a política interna e externa do governo venezuelano e as suas dinâmicas políticas e económicas.
- 89.** Refira-se, desde logo, que a larga maioria dos “entrevistados” (14) é opositora do “chávismo” e do governo de Maduro. Por sua vez, foram ouvidos apenas três apoiantes da ideologia “chávista”. Refira-se que uma das entrevistadas, Viviane Franck, “anti-chávista”, surge e expressa a sua opinião em vários momentos ao longo da reportagem, funcionando como uma espécie de “voz” dos problemas sociais retratados.
- 90.** Importa contudo referir que, apesar das opiniões de José Carrasquero poderem rotulá-lo de “chavista”, este apresenta-se como analista político e a sua análise prende-se com uma visão académica e não ideológica.
- 91.** Refira-se ainda que a peça aborda na sua quase totalidade os problemas sociais e económicos da Venezuela, porém, não se coíbe de relatar e reconhecer alguns aspetos positivos como a importância social de algumas das medidas “chavistas” nas áreas da saúde e da educação (Cfr. Ponto 39).
- 92.** Não se trata aqui de exigir igual tempo e espaço mediático aos vários intervenientes, uma vez que o equilíbrio na auscultação às partes atendíveis não se pode confinar a uma mera “medição” temporal das suas declarações e intervenções ou a uma mera comparação de

número de intervenientes. No entanto, não se pode deixar de refletir sobre uma tão acentuada diferença.

93. Como supra descrito (Descrição), os coletivistas entrevistados incidem sobre as obras sociais de Chávez, a questão das armas – embora apenas na ótica da “proteção” dos respetivos bairros, como o bairro 23 de janeiro –, sobre a questão da grande aceitação dos ideais revolucionários de Chávez no referido bairro e um dos coletivistas emite ainda uma curta opinião sobre qual a “cor política” das pessoas que fazem as manifestações anti-governo.
94. Deste modo, vários são os temas abordados na reportagem – quer através de afirmações proferidas em *off*, quer pelas declarações dos entrevistados anti-chávistas – que não foram objeto de comentário pelos três “chávistas” ouvidos na reportagem, independentemente de ter sido uma questão de edição da peça informativa ou de não lhes ter sido solicitada a opinião sobre esses temas. Ou seja, não é dado a conhecer aos telespetadores a posição dos “chávistas” sobre vários dos assuntos e temas abordados pela narração e pelos entrevistados” anti-chávistas”.
95. Refira-se ainda que, apesar do governo não se ter disponibilizado para comentar, ainda assim, tal não obstaria a que se tivesse recolhido e fornecido informação sobre algumas das posições públicas do governo de Maduro sobre os temas abordados na reportagem, como a escassez de alimentos nos supermercados, a inflação, as prisões políticas e a questão do armamento de coletivistas, etc.
96. Deste modo, apesar de se considerar que a peça cumpre, em geral, com o dever de rigor informativo, entende-se, não obstante, que poderia primar por um maior equilíbrio no que respeita ao cumprimento do dever de audição das várias partes atendíveis e de diversificação das fontes.
97. Em suma, apesar de se poder tecer alguns reparos ao equilíbrio na exposição dos factos e da posição dos vários intervenientes na situação política e social retratada, estes não revestem uma gravidade passível de considerar que ocorre violação do dever de rigor informativo.

V. Deliberação

Tendo analisado uma participação de José Morgado contra a SIC a propósito da exibição, no dia 5 de junho, de uma reportagem intitulada “E depois de Chávez?”;

Verificando que foi cumprido, em geral, o dever de rigor informativo na exposição dos factos;

Considerando que, não obstante, poder-se-ia ter optado por uma exposição mais equilibrada no que respeita ao cumprimento do dever de audição das várias partes atendíveis e de diversificação das fontes,

O Conselho Regulador da ERC delibera o arquivamento da presente participação, embora sensibilizando o jornal para, doravante, promover uma exposição mais equilibrada no que respeita à auscultação das partes atendíveis e à diversificação de fontes de informação.

Lisboa, 16 de março de 2016

O Conselho Regulador,

Carlos Magno
Alberto Arons de Carvalho
Luísa Roseira (abstenção)
Raquel Alexandra Castro
Rui Gomes